

POSFÁCIO

1. Tive o privilégio de ter acompanhado os últimos dois grandes trabalhos académicos do Orlando Pereira: a sua tese de doutoramento em Sociologia, intitulada *Reflexões estratégicas de desenvolvimento local no contexto da preservação da identidade de Penedos (Mértola)*¹; e a sua investigação de pós-doutoramento em Turismo, *O turismo como fator de desenvolvimento local: o caso da aldeia de Penedos (Mértola)*, que este livro reproduz.

Nem sempre o projeto que se pensa para um doutoramento se mostra exequível. Pelos prazos apertados para a conclusão da tese, pelas limitações temporais próprias da profissão e pelo limite imposto de páginas a apresentar.

Dessas limitações ficamos, na altura, ambos conscientes. Mais eu, menos o Orlando Pereira. Para ele era preciso fazer mais. E o mais foi o projeto de pós-doutoramento que desse conta das possibilidades que o turismo poderia proporcionar em termos de desenvolvimento à aldeia de Penedos, no concelho de Mértola.

A aldeia de Penedos no concelho de Mértola, ultrapassou o seu território físico para hoje estar no mundo. Sim. Uma pequena aldeia alentejana, como tantas outras, com os problemas de despovoamento e de envelhecimento da sua população, está no mapa e pelas melhores razões. A aldeia de Penedos não está abandonada à sua sorte. E a prova desse não abandono ficou traduzida neste trabalho, onde um filho da terra, motivado pelo interesse em manter acesas as relações sociais existentes na aldeia e com a aldeia, procurou colocar no debate um conjunto de desafios estratégicos e objetivos associados, confrontando-os com um conjunto de atores locais de Penedos ou com relação com Penedos.

Os quatro desafios estratégicos e objetivos associados são reveladores do conhecimento profundo que o autor tem do território. Estes aspetos são de enorme importância, uma vez que se tornam na base basilar de toda a metodologia da estratégia de atores, estando o seu êxito, (mas também o seu fracasso), dependentes do conhecimento que o investigador tem do território e dos atores a envolver na sua discussão.

Alguém me dizia, há uns tempos, que o Orlando Pereira era um homem *do terreno*. É uma verdade. Mas o Orlando Pereira é também um homem da teoria, da ciência. Um homem que produz *Conhecimento*.

Dos percursos que fez entre a primeira versão do projeto sobre o seu doutoramento e o trabalho de pós-doutoramento, que aqui está espelhado, nota-se uma substancial melhoria nas formas de abordagem teórica às temáticas do desenvolvimento local e do turismo como instrumento ao serviço do desenvolvimento local.

Fê-lo à custa de muito trabalho, mas também de muita humildade. Das várias conversas que tivemos houve sempre, da sua parte, uma postura de grande abertura às críticas construtivas que lhe sugeria. Confesso que também aprendi muito com o Orlando Pereira, não só com as

¹ Ver PEREIRA, Orlando Manuel Fonseca (2015) - *Reflexões estratégicas de desenvolvimento local no contexto da preservação da identidade de Penedos*, Casal de Cambra, Caleidoscópio

teorias em que se baseou, com os autores que selecionou, mas sobretudo pela forma em como revelava coerentemente o estudo empírico.

2. Com os novos valores, que têm vindo a marcar as sociedades pós-modernas, muitos deles corporizados pela chamada classe média, corporizados pela consciência ambiental e tudo o que é verde ², assiste-se à emergência do turismo verde, ecológico, sustentável. Estas formas de turismo têm vindo a marcar terreno, sobretudo em zonas rurais em decadência acelerada, traduzidas no êxodo rural e no envelhecimento populacional, que tem contribuindo através de projetos de turismo em espaço rural e que têm contribuído para a revitalização desses territórios onde, não raras as vezes, se assiste à inversão da importância económica dos setores de atividade, onde a atividade turística ultrapassa a atividade agrícola, quer em termos de emprego, quer em termos de criação de riqueza.

Em minha opinião, faz todo o sentido falarmos de turismo articulando-o com o desenvolvimento local, com o desenvolvimento das comunidades. Como referia o saudoso Simões Lopes *o desenvolvimento tem de ser para todas as pessoas, independentemente, do lugar onde vivam*. O que os novos olhares sobre o desenvolvimento têm trazido, para a discussão e para a ação, é a envolvimento dos atores na discussão sobre o futuro dos territórios. Foi essa a discussão que Orlando Pereira quis fomentar. E fê-lo com o elevado sentido em torno da participação plural de interesses, quer por parte dos que estão na aldeia, quer por parte dos que agem sobre o território em que a aldeia se inscreve.

Por outro lado, começa a ser notório que o turismo, enquanto instrumento ao serviço do desenvolvimento, apresenta um vasto campo, a montante e a jusante, como é referido no texto, em particular nos territórios de baixa densidade, como é o caso do Alentejo em geral e a aldeia de Penedos, em particular.

Mas não é um turismo a qualquer custo, como por vezes o discurso oficial tenta prevalecer. Podemos desejar o turismo, mas deseja-se sobretudo, um turismo sustentável e durável.

Longe dos grandes projetos turísticos (por vezes megalómanos), o autor tem perfeita consciência das limitações que Penedos apresenta, mas também conhece e enumera as suas potencialidades. E são muitas, como já tivemos oportunidade de as conhecer.

Nos tempos que correm, faz cada vez mais sentido que estas formas de turismo assumam um caráter holístico que envolvam os vários atores do território em que se inserem, de modo a construir e a manter uma economia local. Faz cada vez menos sentido, que cada um faça por si e ignore os outros. Para tal, há que desenvolver parcerias, baseadas em prioridades nas escolhas das próprias atividades económicas e aproveitar os fundos comunitários disponibilizados para este tipo de territórios e atividades económicas. Para tal é preciso discussão. Sabemos que o território é um espaço social e, como tal, abriga forças políticas onde predomina o conflito, mas que se torna crucial chegar a consensos de modo a que sejam desenvolvidas ações coletivas rumo a um interesse comum.

² No sentido ecológico.

Contudo, há muito que entendo que quando falamos de políticas ou de projetos de desenvolvimento local há dois aspetos que considero fundamentais: a identidade social e a participação.

Só há participação na coisa pública se nos identificarmos com a comunidade onde estamos inseridos. E esse processo, que aparentemente é fácil, não o é, dada a complexidade a que está sujeito o processo de construção da identidade social.

O desenvolvimento das sociedades, associado às crises do modelo democrático, tem levado, a partir das últimas duas décadas do século XX, à emergência de uma nova consciência identitária, que se tem articulado com um sentimento de pertença a uma coletividade e cujo espaço social e cultural varia, do simples espaço local ao espaço supranacional, em que a União Europeia se tem vindo a tornar, cada vez mais, num exemplo a seguir por parte dos cidadãos europeus.

Todavia, os regimes democráticos, ao remeterem a sua existência para a responsabilidade dos cidadãos, vão exigir-lhes uma maior participação política, que hoje varia do simples ato de votar aos complexos atos de governar e de decidir.

Na democracia portuguesa, passamos *do povo na rua, ao povo em casa*. A vontade de participar na construção de um regime democrático, que marcou a sociedade portuguesa após o 25 de abril de 1974, foi dando lugar à apatia e ao desinteresse por esse mesmo regime, pelo que num contexto de crise, como aquele que hoje vivemos, urge proceder ao despertar dos atores sociais para a discussão sobre o futuro das suas comunidades.

Por outro lado, temos de reconhecer que foram as *democracias liberais* contemporâneas as grandes responsáveis pelo conceito de cidadania.

Embora tal conceito se reporte diretamente ao Estado, Michael Walzer (1983) toma-o num sentido mais alargado e abrangente, para se referir ao direito de pertença que um cidadão possui face a uma comunidade.

Este sentimento de pertença traduz-se num conjunto de direitos, deveres e garantias, ou seja, um conjunto de diferenças que são reconhecidas por aqueles que pertencem a uma comunidade, em relação àqueles que lhe são estranhos. No entanto, é de realçar o facto de que esta pertença não é feita em termos de dependência, sendo definida em termos de direitos.

Esta consciência de pertença caracteriza-se por possuir dois aspetos complementares entre si: a consciência de ser cidadão; e a consciência de pertença a uma comunidade

No primeiro aspeto a tomada de consciência que emergiu durante a Revolução Francesa veio a traduziu-se na dupla vontade de sair do *Ancien Régime* e da sujeição; no segundo aspeto prende-se com a consciência de pertença a uma comunidade.

Contrariamente ao que se poderia supor, esta consciência de pertença a uma comunidade não se vai opor à mera limitação do poder, tornando-se, na sua forma, complementar na medida em que os indivíduos e as coletividades possuem autonomia de gestão para além de deterem personalidade coletiva. Por outro lado, essa pertença a uma comunidade assume um papel defensivo de uma consciência democrática, se tal vier a contribuir para a libertação do sujeito de uma dominação social e política.

Ou seja, as identidades constituem-se em fonte de significados para os próprios atores sociais, sendo eles os próprios construtores dessas identidades, a partir de processos de individualização.

De igual modo, a participação é fundamental para qualquer ação a desenvolver no âmbito do desenvolvimento local e, neste caso concreto, quando se pretende encontrar soluções baseadas em propostas concretas relacionadas com o turismo e coma atividade turística, para uma aldeia como Penedos. A participação pode surgir como uma clara alternativa à exclusão em que se ultrapassa a mera e redutora recolha de opiniões individuais. Contudo, a participação dos atores deve ter sempre o cariz autónomo e voluntário. O contrário parece-me algo contraditório e não produziria os efeitos desejados, dada a contrariedade dos envolvidos no processo de discussão.

Essa participação assume contornos de concretização a partir de três momentos: primeiro, em que haja envolvimento na resolução dos seus problemas; segundo, na concretização de objetivos comuns; terceiro, quando esses objetivos comuns sejam alcançados através da formação e consolidação das *comunidades de interesses*.

Ao constituírem *comunidades de interesses*, os atores locais procuram satisfazer um conjunto de necessidades: em primeiro lugar, as suas próprias necessidades; em segundo lugar, as necessidades da comunidade local em que se encontram.

Ao tomar como inteligíveis estes princípios, Orlando Pereira dota de sentido dinâmico a ação local, sendo os atores locais os protagonistas dos futuros possíveis e desejáveis para a aldeia de Penedos.

Esta dimensão local do desenvolvimento assume lugar central na medida em que poderá dar resposta, não só às denominadas necessidades básicas das populações, como poderá apresentar as soluções mais convenientes face aos problemas específicos de cada comunidade. Simultaneamente ao apelar à participação das próprias comunidades locais nos processos de desenvolvimento, contribui para que essa participação se torne numa condição primordial e única para que se verifique a diminuição, ou até mesmo a resolução, das necessidades locais.

Estas comunidades locais, são definidas como sendo comunidades que são detentoras de formas particulares de um conjunto de relações sociais, económicas, políticas, culturais e simbólicas, fundadas na variedade e na complexidade de redes sociais, que ultrapassam as relações familiares e de vizinhança.

Essas comunidades locais poderão, ainda, ser detentoras de diversas e diferentes *comunidades de interesses* que, por sua vez, poderão possuir no seu interior elementos provenientes de outras comunidades locais o que poderá conduzir a projetos em parceria que fortaleçam as relações sociais entre populações e uma procura de interesses comuns.

Ao escolher qual o processo de procura de soluções podem surgir, entre outros, os incentivos à criação de novas empresas, o estímulo à criação de projetos empresariais inovadores e a multiplicação de ações tendentes a revitalizar e a dinamizar os tecidos socioeconómicos locais. O que leva a concluir que estamos perante um efeito múltiplo que se faz sentir nas comunidades locais em matéria de desenvolvimento.

No entanto, existe uma série de exigências com que a ação local se depara, e que se manifesta na procura de novas formas de regulação social, a que Arocena (1986:69) considera como sendo as constituintes da *base dos processos de gênese dos atores sociais* e que são apontadas como sendo: a *reconstituição*, ou seja, os indivíduos ou os grupos procuram as suas pertenças, o mesmo será dizer que indivíduos ou os grupos reconhecem-se como pertencentes a uma comunidade e agem dentro de uma vivência local coletiva; a *mobilização*, isto é, os indivíduos ou os grupos exprimem, de maneira diferente, as suas representações do desenvolvimento, assim como agem sobre as representações feitas pelos outros atores; o *encontro*, parte do pressuposto que os indivíduos ou os grupos existem num sistema de relações sociais e, como tal, desenvolvem redes de relações entre si, ao mesmo tempo que propõem estratégias de desenvolvimento.

3. Decorrente destas ideias, que estão incorporadas na teoria que consubstancia o estudo, a metodologia utilizada aparece multifacetada e frutífera, combinando propostas interdisciplinares próprias do turismo, do desenvolvimento e da sociologia.

Na maioria dos trabalhos de investigação, com que muitas das vezes me confronto, não é possível apreender muitos aspetos do objeto empírico, pela simples relutância que o investigador tem em combinar metodologias e técnicas de pesquisa.

Com o presente trabalho nota-se a preocupação, do seu autor, em usar uma pluralidade de técnicas de investigação, que possibilitaram dotar de visibilidade empírica o que a teoria estabeleceu, tornando, assim, possível toda a construção do conjunto de variáveis que viriam a ser utilizadas na elaboração dos desafios estratégicos e objetivos associados.

Aplicada a metodologia da estratégia de atores, o estudo entra no campo dos possíveis e desejáveis. Os objetivos subjacentes a este método prendem-se com a análise das motivações, dos meios de ação dos atores, assim como procura compreender as suas estratégias e relações de força. Os atores presentes no sistema de ação local possuem projetos múltiplos e variados. O *ator* corresponde a um grupo homogêneo que incrementa uma estratégia idêntica e, simultaneamente, adota uma relação de força semelhante em relação aos restantes atores. Entretanto, as dinâmicas locais apresentam-se então como resultados das estratégias produzidas pelos atores localizados, ou com influência local, onde se dá a confrontação de interesses e de lógicas contraditórias.

Todavia e contrariamente ao que se poderia supor, as estratégias dos diferentes atores que agem num determinado território não apresentam contornos fáceis de delimitar. Esta situação é devida a uma pluralidade de razões, uma vez que nem sempre as estratégias se apresentam de forma clara e precisa, para os próprios atores que põem em causa outras estratégias, e não são raras as vezes que essas estratégias resultam de um ato que não corresponde à racionalização efetiva dos próprios atores.

Michel Crozier e Erhard Friedberg (1977:13), chamam à atenção para o facto da ação coletiva ser a responsável pela criação de um problema decisivo nas nossas sociedades, isto porque a tipologia de ação (independentemente das suas características) não constitui um *fenómeno natural*, mas sim uma *construção social*, cuja existência coloca o problema, para o qual são necessárias as explicações sobre as condições de emergência e de manutenção.

Os *novos atores sociais locais* não constituem uma categoria homogénea, apresentam uma diversidade de forças sociais, umas mais influentes que outras, e que se traduzem numa pluralidade de atores cujos modos de ação se apresentam diversificados e com estratégias próprias. Tais situações traduzem-se em posicionamentos e com representações diferentes sobre o desenvolvimento local e, neste estudo em particular, sobre as representações do turismo e sobre os objetivos direcionados para os projetos e ações coletivas a desenvolver localmente neste setor.

Do jogo de atores, o estudo revela uma informação bastante valiosa e, por isso, não pode nem deve ser descorada, uma vez que a mesma é reveladora de um conjunto de relações, entre outras, de influência/dependência, diretas e indiretas, de relações de força, os coeficientes de relações de forças entre os mesmos, assim como os graus de implicação e mobilização dos atores face aos objetivos que lhes foram colocados e os graus de mobilização e de conflitualidade entre objetivos.

É com a classificação dos objetivos segundo o seu grau de mobilização e conflitualidade que o estudo revela qual o principal conflito, os conflitos secundários, os consensos mobilizadores e os consensos pouco mobilizadores. Ora, das conclusões do estudo ressaltam aqueles que são muito mobilizadores e reúnem maior consenso. Novos setores de atividade/ Turismo fator desenvolvimento; Centralidade/Algarve/Espanha/Rio Guadiana/Aeroportos de Faro e Beja; Aproveitamento de recursos/saberes e apoio ao empreendedorismo; Recuperação de tradições; Comunicação/Divulgação das potencialidade//Redes Sociais; Efeito de retração da população; Produtos locais materiais e imateriais como promotores da economia local; Centro Interpretativo de Penedos. Podendo, por isso serem considerados como os objetivos onde os atores mais se reveem.

Ou seja, os atores envolvidos no estudo valorizam os aspetos inovadores do turismo e o conjunto das novas tecnologias de informação que associam às suas características identitárias, aos seus traços culturais e às suas endogeneidades e que em sua opinião são potenciadores de projetos turísticos para Penedos com base no desenvolvimento económico local sustentável (LSED).

Como notas finais, saliento três aspetos: o facto deste estudo ter dado um elevado contributo para o debate e para a reflexão sobre um território onde têm prevalecido o abandono e o envelhecimento; o desafio a um conjunto de atores locais ou com influência no local, para repensar todas estas problemáticas, leva-os ao confronto com um conjunto de desafios estratégicos e objetivos associados, ou seja, a tomarem posições face a objetivos concretos; e ter revelado a disposição dos atores para a ação coletiva concertada.

Estabelecida a *comunidade de interesses* e conhecidos os caminhos a seguir, há que materializar os objetivos mais consensuais e mais mobilizadores. Como escreveu um dia Sebastião da Gama, *É pelo sonho que vamos*.

António Pedro Sousa Marques

Professor na Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora – Departamento de Sociologia, Investigador no CICS-Nova (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Pólo de Évora)